

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 917.420 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : LUIZ ANTÔNIO DUARTE
ADV.(A/S) : IVAN SÉRGIO FELONIUK E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E
ESGOTOS - DMAE
PROC.(A/S)(ES) : JORGE LUIZ OJEDA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A parte ora recorrente, ao deduzir o presente apelo extremo, **sustentou** que o Tribunal “*a quo*” **teria** transgredido preceitos inscritos na Constituição da República.

Cumpre ressaltar que a suposta ofensa ao texto constitucional, **caso existente**, apresentar-se-ia por via reflexa, **eis** que a sua constatação reclamaria – **para que se configurasse** – a formulação de juízo prévio de legalidade, **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (RTJ 120/912, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – RTJ 132/455, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o acesso à via recursal extraordinária.

De outro lado, cabe enfatizar que a questão ora em exame foi decidida com base no direito local, **sem** qualquer repercussão **direta** no plano normativo da Constituição da República, **configurando**, por isso mesmo, situação que **inviabiliza**, por completo, por efeito do que dispõe a Súmula 280/STF, a possibilidade de utilização do recurso extraordinário.

Impõe-se registrar, *ainda*, **no que concerne** à própria controvérsia ora **suscitada**, que o entendimento exposto na **presente** decisão **tem sido observado** em julgamentos proferidos no âmbito desta Suprema Corte

RE 917420 / RS

(**RE 640.663/RS**, Rel. Min. LUIZ FUX – **RE 858.026/RS**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **RE 899.893/RS**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, *v.g.*):

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. ABONO FAMILIAR: SUPRESSÃO. LEI MUNICIPAL 133/85: Súmula 280-STF.

I. – Somente a ofensa direta à Constituição autoriza a admissão do recurso extraordinário. No caso, o acórdão assenta-se em interpretação de lei local. Incidência da Súmula 280-STF.

II. – Agravo não provido.”

(**RE 385.946-AgR/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO)

Cabe acentuar, finalmente, que não se demonstrou, considerada a hipótese prevista no art. 102, III, “c”, da Carta Política, que o acórdão recorrido tenha julgado válida lei local em face da Constituição da República.

Sendo assim, pelas razões expostas, não conheço do presente recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 06 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator